

HUMANAS E SOCIAIS

V.9 • N.3 • 2022 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2022v9n3p340-353



A MULHER E A LAVOURA CANAVIEIRA: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO E A SUBJETIVIDADE FEMININA NA LAVOURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO CERRADO GOIANO NA REGIÃO DO VALE DO SÃO PATRÍCIO

WOMEN AND THE SUGARCANE CROP: A STUDY ON GENDER
AND FEMALE SUBJECTIVITY IN THE SUGAR CANE CROP IN THE
CERRADO OF GOIANO IN THE VALE DO SÃO PATRÍCIO REGION

LA MUJER Y EL CULTIVO DE LA CAÑA DE AZÚCAR: UN ESTUDIO
SOBRE EL GÉNERO Y LA SUBJETIVIDAD FEMENINA EN EL
CULTIVO DE LA CAÑA DE AZÚCAR EN EL CERRADO DE GOIANO
EN LA REGIÓN DEL VALE DO SÃO PATRÍCIO

Dario Leopoldino da Costa¹
Divina Aparecida Leonel Lunas²
Adriana Aparecida Silva³

RESUMO

Este artigo está pautado na pesquisa bibliográfica, com base em algumas teorias de vários autores, sítios da rede mundial de computadores, artigos, livros, revistas, dissertações e teses que discutem o tema. Neste sentido, o objeto desta pesquisa está pautado na condição de gênero, em especial, com as transformações políticas de inclusão da mulher como parte integrante de direitos e deveres permeados pela igualdade entre homens e mulheres definidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislações infraconstitucionais, partindo da premissa que o gênero é fator preponderante para estudo diante de tantas desigualdades vivenciadas pela mulher para o desenvolvimento do núcleo familiar atual. Conclui-se que o trabalho feminino no agronegócio da cana-de-açúcar, em especial no Cerrado goiano na Região do Vale do São Patrício, mudou o panorama vigente, o qual era tido como absolutamente masculino.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero. Desigualdades. Mulher. Homem. Políticas.

ABSTRACT

This article is based on bibliographic research, based on some theories of several authors, sites on the world wide web, articles, books, magazines, dissertations and theses that discuss the topic. In this sense, the object of this research is based on the gender condition, in particular, with the political transformations of women's inclusion as an integral part of rights and duties permeated by equality between men and women defined in the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 and other infra-constitutional legislation, based on the premise that gender is a preponderant factor for study in the face of so many inequalities experienced by women for the development of the current family nucleus. It is concluded that women's work in the sugarcane agribusiness, especially in the Cerrado of Goiás in the São Patrício Valley Region, changed the current scenario, which was considered absolutely masculine.

KEYWORDS

Genre. Inequalities. Woman. Man. Policies.

RESUMEN

Este artículo se basa en una investigación bibliográfica, fundamentada en algunas teorías de varios autores, sitios de la Web, artículos, libros, revistas, disertaciones y tesis que abordan el tema. En ese sentido, el objeto de esta investigación se fundamenta en la condición de género, en particular, con las transformaciones políticas de inclusión de la mujer como parte integral de derechos y deberes permeados por la igualdad entre hombres y mujeres definida en la Constitución de la República Federativa de Brasil de 1988 y demás legislación infraconstitucional, partiendo de la premisa de que el género es un factor preponderante de estudio ante tantas desigualdades que viven las mujeres para el desarrollo del actual núcleo familiar. Se concluye que el trabajo de la mujer en la agroindustria de la caña de azúcar, especialmente en el Cerrado de Goiás, en la Región del Valle de São Patrício, alteró el escenario actual, que era considerado absolutamente masculino.

PALABRAS CLAVE

Género. Desigualdades. Mujer. Hombre. Políticas.

1 INTRODUÇÃO

A mulher desempenha um papel relevante na sociedade atual, mas nem sempre foi assim, e em Goiás, um estado tradicionalmente patriarcal, essa realidade só começa a se transformar nos anos de 1980 e 1990. Segundo Del Priore (2001), as mulheres iniciaram um questionamento quanto à realidade social a partir de lutas íntimas, criando assim os primeiros movimentos feministas, os quais foram marcados por uma grande diversidade de reivindicações. Por meio desse movimento é que se evidenciou a ausência da mulher no território historiográfico, e criou-se as bases para uma história das mulheres feita por historiadoras, mas é importante ressaltar que antes das historiadoras foram as feministas que fizeram a história das mulheres.

Segundo Scott (1992, p. 67-68), o movimento feminista ressurgiu nos anos 1960, nos Estados Unidos, sendo:

[...] estimulado em parte pelo movimento dos Direitos Civis e pelas políticas do governo destinadas a estabelecer o potencial feminino, para ir ao encontro da expansão econômica através da sociedade, incluindo as profissões e a academia. Moldou seu apelo e sua autojustificativa nos termos da retórica prevalecente de igualdade. No processo, o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e sobre suas vidas.

No que tange a segmentação do agronegócio, especificamente o cultivo da cana-de-açúcar, este tornou-se importante na economia goiana, fomentando as conquistas dentro do bioma Cerrado que se mostrou muito favorável ao cultivo desta planta. Mas era necessário haver contribuições por meio de políticas públicas para esta segmentação, e para tanto dispõe-se do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o qual reconhece as relações de gênero como um dos aspectos estruturantes das relações sociais e políticas da mulher no meio rural e na construção da reforma agrária.

Além disso, outro fator relevante é que o cultivo da cana-de-açúcar se evidencia em suas diversas temáticas, principalmente pelo o seu papel importante advindo das transformações sociais e econômicas especialmente na região do Vale do São Patrício.

Portanto, analisar a importância da mulher dentro deste setor é extremamente relevante, pois demonstra que esta não é um “sexo frágil”, mas alguém que dispõe de muita fibra para lutar pelo seu sustento e o de sua família, transformando o panorama vigente, mesmo sofrendo com preconceito, com insinuações, gracinhas e muitas vezes assédio moral e mesmo sexual, afinal tudo podia (e pode) acontecer, principalmente num canavial, e mesmo, hoje, sendo grande parte da colheita mecanizada, ainda há a presença feminina no canavial e estes fatos ainda ocorrem. (FERREIRA; SOBRINHO, 2017).

Este artigo divide-se em duas seções. Esta primeira, a Introdução, que apresenta o assunto e também a metodologia utilizada para desenvolvimento do trabalho. A segunda, que se subdivide em mais duas seções, as quais fazem uma explanação do agronegócio da cana-de-açúcar, bem como da figura da mulher neste setor da economia goiana.

2 MULHERES NA LAVOURA CANAVIEIRA GOIANA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: GOIÁS E VALE DO SÃO PATRÍCIO

O processo de colonização do estado de Goiás se deu por missionários do norte e bandeirantes do sul, vindos do Amazonas e de São Paulo, a partir do fim do século XVI, trazendo consigo doenças e fogo, dizimando os povos indígenas que nessas terras já habitavam. Em Minas Gerais, a colonização teve início no ano de 1700, após no Mato Grosso em 1718, e por fim, no estado de Goiás em 1726 devido à Economia Aurífera ou também chamado de Corrida do Ouro⁴ que assolava o Brasil nesse período colonial (BERTRAN, 2000, p. 20).

De acordo com a narrativa de Bertran (1997), o atual estado de Goiás foi conquistado e povoado tanto por bandeirantes quanto por sertanistas. “De São Paulo, transpondo o rio Paranaíba e seus afluentes, ou do Norte, pelo Amazonas, vieram os desbravadores da região” (BERTRAN, 1997, p. 46), que vinham em busca não somente de terras, mas também do ouro, e por eles a região foi povoada, explorada e conseqüentemente devastada pelas descobertas do ouro, como aponta o autor:

As minas de Goiás começaram a ser sistematicamente exploradas a partir de 1726, data da fundação de Vila Boa de Goiás, atual cidade de Goiás (ou Goiás Velha), pelo bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva, o Velho, também cognominado Anhangüera (alcunha que significa diabólico, em tupi). Nos primeiros quatro anos de colonização, as descobertas do ouro se restringiram ao vale do rio das Carnaubas. Mais tarde, este rio foi renomeado rio Vermelho, nome comum a outros cursos d’água nas regiões de mineração, devido à água barrenta decorrente dos trabalhos de lavra. O rio Vermelho é um dos principais tributários da margem direita do rio Araguaia, tendo sofrido, historicamente, inúmeras violações ambientais. (BERTRAN, 1991, p. 46).

Observa-se a partir do relato do autor que o “ouro” era o tido como meio de comercialização, negociação ou tráfico naquele momento histórico e que chamou muito a atenção dos paulistas, dentre os quais a historiografia oficial destacou a pessoa de Bartolomeu Bueno da Silva. Corroborando com esta visão Brioschi (1991, p. 2), pontua que:

[...] a descoberta de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso pelos paulistas, não foi uma obra da casualidade. Durante dois séculos eles penetravam o sertão adentro caçando índios e sonhando com a descoberta de ouro, prata ou pedras preciosas, em uma época que os paulistas tinham apenas duas opções: a entrada pelo sertão ou a lavoura de subsistência. Os primeiros caminhos em direção ao ouro saíam da Vila de Pirapitinga de São Paulo, sendo terrestres para Minas Gerais e Goiás e fluvial para Cuiabá.

⁴ Economia aurífera, também referida como corrida do ouro, diz respeito ao período da história brasileira em que a extração e exportação do ouro dominou a dinâmica econômica do Brasil Colônia (BUENO, 2003, p. 100).

A partir da fala de Brioschi (1991), depreende-se que, os paulistas já tinham planos em estabelecer-se nessa região, e que a busca pelo ouro era necessária, devido ao fato de naquele momento (século XVIII) os recursos litorâneos estarem escassos, e estes dedicavam-se apenas a agricultura de subsistência.

Findado este ciclo, uma vez que as jazidas de ouro foram exauridas, findando também o período sesmarial (1822), a Capitania de Goiás, assim denominada, se dedica a outra atividade: a pecuária. Assim, “[...] A economia capitalista foi tecida, em Goiás, a partir de uma estrutura agropecuária, baseada em produção para auto-subsistência, com limites impostos pelo ecossistema do Cerrado (BERTRAN, 1991, p. 47). A esse respeito Brioschi (1991, p. 44), pontua que:

[...] abrindo picadas os entrantes mineiros vieram procurar no sertão bons pastos e novas expectativas de vida, arranchando-se em algum sítio que lhes aparecia aprazível e delimitavam a olho a sua área. No trabalho de demarcação erguiam cruces e cravavam ferros em troncos de árvores. Tiravam rego d’água de algum ribeirão e faziam suas roças, erguiam casas, construíam currais, monjolos e demais benfeitorias necessárias à atividade agropastoris. Desta forma, a posse estava assegurada e, os posseiros institucionalizaram-se como senhores.

Iniciava-se assim, um novo período na história da economia goiana, marcado pela posse sem escrúpulos das terras, o que acarretou também mortes. Este processo foi responsável pela ocupação das terras do estado de Goiás gerando comunidades e ‘espaços vazios’ no território goiano, fomentando ainda mais um isolamento nestas regiões.

A despeito da região do Vale do São Patrício, uma das mais importantes regiões do estado de Goiás, que teve sua ocupação e desenvolvimento iniciados a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em 1941. O qual é fruto de política direcionada pelo Estado Novo, desde 1938, com a finalidade de incentivar a ocupação de “espaços vazios” no interior do país, durante a política de expansão econômica que ficou conhecida como “Marcha para o Oeste”, bem como, somando com a criação de Goiânia (DAYRELL, 1974).

Deste modo, vários fatores resultaram na expansão e modernização do estado de Goiás, tendo grandes impulsos como a construção de Goiânia, em 1933, a chegada da ferrovia em Anápolis, em 1935, e a própria CANG na década de 1940 (NEIVA, 1985).

A CANG trouxe um papel significativo em termos de ocupação e expansão de fronteiras agrícolas. Segundo Estevam (1997), o relativo sucesso do incremento populacional em Ceres, decorreu da promessa de terra gratuita por parte do Governo Federal, o que atraiu uma multidão de migrantes sem recursos. Esse processo, segundo o autor, culmina com a construção de Brasília, que por si só ocasiona um grande impacto populacional, atraindo um imenso contingente de imigrantes, inclusive em torno de Goiás e Minas Gerais, criando no interior do país uma área de adensamento populacional e imprimindo um ritmo de aceleração ao Estado de Goiás.

Inicialmente, a CANG abrangia toda a mata do São Patrício. Depois, a área foi reduzida até próximo a atual cidade de Ceres, liberando o restante para loteamentos que deram origem às cidades de Rialma, Carmo do Rio Verde, Uruana, Rubiataba, Nova América, Itapuranga e outras cidades (LAZARIN, 1985).

Como parte das transformações socioeconômicas ocorridas em Goiás, o Vale do São Patrício se insere na condição de fronteira agrícola, caracterizando-se pelo fornecimento de produtos agropecuários, grãos em especial, aos centros urbanos do país. E diante as transformações decorrentes do processo de modernização da agricultura, contribuiu para melhoria no balanço de pagamentos ante as transformações decorrentes do processo de modernização da agricultura.

Gonçalves (2013, p. 218), aponta que, por outro lado,

[...] na nova etapa da marcha para o oeste, – a partir de 1970 – a região contribuiu para amenizar tensões demográficas oriundas de outros espaços brasileiros, servindo de acomodação para seguidos fluxos migratórios, além de via de penetração para ocupação do norte brasileiro.

De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) há vinte e dois municípios que formam o Vale do São Patrício: Barro Alto, Carmo do Rio Verde, Ceres, Goianésia, Guaraíta, Guarinos, Hidrolina, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Nova América, Nova Glória, Pilar de Goiás, Rialma, Rianápolis, Rubiataba, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, São Luiz do Norte, São Patrício e Uruana.

Noutro passo, diante o desenvolvimento da agricultura no Estado de Goiás face ao declínio da hegemonia cafeeira no Centro-Sul e pela expansão migratória na Região do Vale do São Patrício o agronegócio ganhou destaque e conseguiu se instalar no estado o cultivo da cana-de-açúcar, que é uma atividade que marca fortemente a estruturação e o desenvolvimento econômico do Brasil, uma vez que o cultivo da cana-de-açúcar, desde os primórdios da colonização brasileira até os dias atuais, tem ocupado lugar de destaque no fomento econômico do país (DUTRA; SILVA, 2002).

Segundo Loyola (2010), a indústria canavieira no estado de Goiás teve o início de suas atividades por volta da década de 1950, com a produção de açúcar nas cidades de Santa Helena e Barro Alto, mas teve seu primeiro pico de crescimento só na década de 1980 devido a implementação do Programa Nacional de Alcool (PRÓALCOOL).

Atualmente, o Estado de Goiás tem se destacado como grande produtor e cultivador da cana-de-açúcar, principalmente devido ao bioma no qual se encontra inserido: o Cerrado, que como um grande adaptador para esta planta trouxe o crescimento econômico para a região, e em especial para o Vale do São Patrício.

Em contrapartida ao crescimento econômico da Região, ainda devem ser observadas as políticas públicas como parte de inserção e zoneamento do agronegócio no cultivo da cana-de-açúcar nesta região, em especial para a mulher no campo.

2.2 A MULHER E A CANA-DE-AÇÚCAR

Os estudos relacionados à mulher, vem aumentando desde que este tema passou a ser objeto de estudo da História em meados do século XX, e tem buscado compreender seu universo que até então era limitado ao esquecimento historiográfico.

No entanto, para essa discussão, se faz necessário primeiramente, discutir sobre Gênero, o qual segundo Scott (1998), é entendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de diferenciações socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Em utilização mais recente, o “gênero” foi agregado as feministas americanas que buscavam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo.

Para Scott (1988, p. 141): “O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero, é uma forma primeira de representar as relações de poder”. No que concerne a essa relação de poder, Davis (1976, p. 90), diz:

Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, da mesma forma que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos, dos grupos de gêneros no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la.

Observa-se do exposto que identificar, analisar, discutir e escrever sobre o papel desempenhado pela mulher ao longo da história é uma premissa que tem inquietado muitos estudiosos, e que a relação entre homem e mulher é muito mais densa do que se imagina, como aponta Brito (1999, p. 64),

As trajetórias e posições sociais dos homens e das mulheres, entretanto, são duplamente determinadas – pela inserção no emprego e na família –, pois a organização social da vida privada, na sua forma dominante (o casamento), interage com a organização hierárquica do mercado de trabalho.

No que concerne a participação da mulher no campo de trabalho, esta ocorreu a partir da Revolução Industrial (século XVIII), na indústria têxtil, onde elas rompem com o papel de procriadora para ajudar o marido na despesa do lar.

O processo foi sofrido porque elas eram vítimas de preconceitos tais como: salário inferior aos dos homens (embora o cargo fosse o mesmo); ficavam com os cargos subalternos e os homens com os de chefia; submissa ao marido e agora ao patrão; enfrentava dupla jornada de trabalho (na fábrica e no lar), e ainda vista como inferior intelectualmente, frágil e indefesa, fazendo do lugar de trabalho a antítese do lar. O trabalho da mulher nunca chegou a substituir o do homem (BRITO, 1999).

No Brasil, o trabalho feminino surgiu com a emigração europeia no final do século XIX e início do século XX, a princípio no Nordeste do país e depois no Sudeste com a indústria de tecidos e algodão.

Atualmente as mulheres trabalham de igual para igual com os homens, sem deixar lacunas como se pensavam, e em algumas profissões elas se destacam mais que os homens, segundo Fonseca (2000, p. 97):

[...] As mulheres, encarregadas da gestão do capital simbólico das famílias, são muito logicamente incitadas a carregar esse papel para o interior das empresas, que lhes confia quase sempre as atividades de apresentação e de representação, de recepção e de acolhida e também de gestão dos grandes rituais burocráticos, como nos rituais domésticos, contribuem para o estabelecimento e para o aumento do capital social de relações e de capital simbólico.

O modelo de família que assolou o Brasil rural, trouxe várias consequências, sendo então o marido chefe absoluto de uma família que era composta pelo maior número de filhos que se uniam aos pais tão logo completassem maturidade para o serviço, encampando o serviço ali no meio rural como forma de ascensão econômica da família.

Contudo, houve várias mudanças sem precedentes que assolaram este Brasil rural. O então, modelo de família que conjugava esforços de todos que faziam parte dela desmoronou, e cada qual se viu obrigado a buscar o seu sustento.

Com a passagem do regime colonato para o assalariamento, as mulheres ganharam ainda a dupla jornada de trabalho. No espaço da casa, as mulheres continuaram arcando com todo o trabalho doméstico, realizado durante uma jornada extensa e intensíssima. (DEL PRIORE, 1997, p. 564).

No tocante à cana-de-açúcar, este foi o primeiro negócio – ou agronegócio, desenvolvido em terras brasileiras desde a colonização, uma vez que fatores como solo e clima eram totalmente favoráveis. Mas seu impulso se deu de fato devido,

[...] primeiramente a crise mundial do açúcar e, logo em seguida, as sucessivas crises mundiais do petróleo (em 1975 e 1979); e a criação, no Brasil, do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Em decorrência desse contexto mundial a autossuficiência energética foi amplamente estimulada no Brasil (por ser um elemento geopolítico de suma importância), sobretudo pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) durante o Regime Militar (1972 a 1979). Diante disso, houve durante essa década, a intensificação da expansão canavieira e a territorialização de destilarias e/ou usinas em todo território nacional. (FERREIRA; SOBRINHO, 2017, p. 149).

Observa-se do exposto que não fora meramente sorte e sim uma crise internacional que intensificou a produção do açúcar, e que a entrada da mulher neste campo, só foi fortalecida devido à mudança do regime de colonato para o de assalariado, pois por meio desse novo regime, a mulher conseguiria perpetrar o mercado de trabalho sem que isso ofendesse sua honra.

Fonseca (2000), observa que historicamente, esta é uma atividade que desde sempre contou com a participação de mulheres, mas ressalta que elas não tiveram um caminho tão fácil para o acesso. Quando a mulher começou a participar desta atividade econômica, ela era percebida como um ser que deveria ser dominado, pois era incapaz e frágil: “[...] deviam ser também homens para virem a ser aceitas no mundo do trabalho operário e em seus espaços de luta” (FONSECA, 2000, p. 89).

Frente a esta discussão, ou seja, quando no referimos ao trabalho na lavoura de cana-de-açúcar, é importante destacar Silva (1999, p. 181), que afirma:

[...] “Cuidar da cana” e detectar a doença desde pequena revelam um cuidado com a reprodução, com a vida da cana. “Olhar a cana” e “cuidar da cana” são frases como significantes bastante preciosos das representações destas meninas. No tocante às percepções, elas assumem a cana como lhes pertencendo, dependendo delas, seu crescimento, sua saúde, enfim sua vida.

Um ponto de destaque em relação às lavouras canavieiras é a subjetividade do corpo destas trabalhadoras, o qual é delimitado como um componente de estrutura produtiva desde sua infância. Segundo Boltanski (2004), o corpo era uma figura identitária ligada à produção de valores. Assim, desde a infância o corpo é delimitado como um componente de estrutura produtiva. Para o autor:

As regras que determinam os comportamentos físicos dos agentes sociais e cujo sistema constitui sua “cultura somática” são os produtos das condições objetivas que elas traduzem na ordem cultural, ou seja, conforme o modo de dever-se; são funções, precisamente, do grau em que os indivíduos tiram seus meios materiais de existências de sua atividade física, de venda de mercadorias que são produto dessa atividade, ou do emprego de sua força física e de sua venda no mercado de trabalho. (BOLTANSKI, 2004, p. 157).

Outro ponto que chama a atenção, são os mecanismos disciplinares aos quais se submetem as trabalhadoras, os quais envolvem o pagamento por produtividade e a consideração da qualidade da matéria-prima na composição do salário. Este tipo de pagamento, ou seja, por produção, condiciona sua sobrevivência àquilo que ela produz. Para Silva (1999, p. 86):

Trata-se de uma forma de salário mais vantajosa ao capitalista uma vez que a intensidade do trabalho não depende dos investimentos em capital constante, mas do próprio trabalhador. É um salário que reforça as diferenças de habilidade, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles. Esta competição estimula o aumento da intensidade do trabalho e, conseqüentemente, da produtividade.

Verifica-se que a vantagem sempre foi do empregador e não do empregado, revelando mais uma vez a subjetividade feminina.

Atualmente, essa realidade no campo foi modificada devido ao endurecimento da Legislação Trabalhista e da tecnologia. Hoje, a fiscalização às empresas é feita de forma regular, o que não impede situações de trabalho degradante, mas as inibe, e com relação ao plantio e colheita da cana, que passou a ser mecanizada, melhorando a qualidade de trabalho no campo.

Outrora, fora com a Carta Constitucional de 4 de outubro de 1998 que a defesa dos direitos das mulheres, com a conseqüente erradicação de todas as formas de discriminação e violência perante o

homem se tornou um compromisso igualitário neste país democrático de direito. País este que possui como primado básico a promoção e o bem-estar de todos os cidadãos sem distinção, não podendo este se quedar alheio à desigualdade histórica, social e jurídica de que são alvos as mulheres, em especial nas relações de trabalho.

Por outro lado, com relação à tecnologia, essa foi preponderante para impulsionar as mudanças, exigindo a capacitação de todos os profissionais e um diferencial em relação às mulheres é a sua capacitação. As mulheres têm procurado cada vez mais se especializar para competir de igual para igual com os homens. Elas são maioria nas escolas e universidades, porém ainda não alcançaram uma mudança generalizada na mentalidade da sociedade, que mesmo em meio a tantas mudanças se comporta de forma ainda retrógrada principalmente neste aspecto.

O acesso ao conhecimento pode se constituir num processo de conscientização e em progressos reais mesmo que parciais. Embora seja ingênuo esperar uma transformação da sociedade através da escola, esta oferece certos espaços para a formação da consciência crítica e a afirmação de uma ideologia de transformação. (CARRION, 1985, p. 46).

Por meio da qualificação profissional da mulher ela conquista cada vez mais espaços e competem com os homens de igual pra igual nas vagas no mercado de trabalho e rompem paradigmas a que ela por séculos foi submetida – cuidar somente dos trabalhos domésticos e dos filhos.

Com sua inserção no trabalho profissional a mulher adia a maternidade e prioriza a profissão recém-conquistada, fato que vem ocorrendo desde os anos 1960 com a revolução e uso dos métodos contraceptivos, assim ela decide quando terá filho, e passaram a ser protagonistas de sua vida, e os modelos femininos tornaram-se complexos e diversificados. Elas querem mais, querem ser profissionais, cidadãs, independentes e a protagonista de suas vidas.

Tornaram-se um ser social e político, suas conquistas no mercado de trabalho foram grandes, mais ainda há um longo caminho a percorrer na sua trajetória histórica de lutas, para garantir seus direitos neste mercado competitivo, em especial no agronegócio de cultivo da cana, que acompanhou a revolução tecnológica, mecanizou o canavial e, muitas mulheres têm atuado nessa frente, muitas vezes superando a habilidade masculina no quesito direção. Observa-se assim, que desde o início dessa revolução feminina todos ganharam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finda-se este artigo, com a certeza de que o tema ainda merece ser estudado de forma minuciosa, pois a história da mulher no mercado de trabalho é relativamente nova do ponto de vista da historiografia, pois as fontes são parcas, e houve uma grande luta até a concretização deste fato.

As mulheres, muitas vezes subjugadas aos pais, e posteriormente aos maridos, serviam apenas como dona de casa e progenitora, situação que foi mudada a partir da 2ª Guerra Mundial e Revolução Industrial. Mas pelo estudo já realizado, verifica-se que há uma lacuna que precisa de respostas, pois

ainda há um grande caminho a percorrer, pois muitas continuam a ser vistas como ser inferior, e por isso são maltratadas e humilhadas, não só em casa, mas no ambiente de trabalho também, assim, a intenção é continuar o estudo desta temática.

REFERÊNCIAS

BERTRAN, Paulo (org.). **Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783**. Tomos I e II. Goiânia/Brasília: Solo, 1997.

BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BRIOSCHI, Lucila R. **Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais séculos XVIII e XIX**. São Paulo: CERUS, 1991.

BRITO, J. **Saúde, trabalho e modos sexuados de viver**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 2003.

CARAN, V. C. S. A história vida e trabalho das mulheres do corte da cana-de-açúcar. Seminário de Saúde do Trabalhador (em continuidade ao Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca), 7 e Seminário, 6, "*O Trabalho em Debate*". UNESP/ USP/STICF/CNTI/UFSC. **Anais [...]**, 25 a 27 de setembro de 2012 – UNESP- Franca/SP. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n8/44.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2018.

CARRION, M. C. A. Na condição de mulher. *In*: ALBORNOZ, Suzana (coord.). **As mulheres e a educação**. Santa Cruz do Sul: Gráfica Universitária da APESC, 1985. p. 43-55.

DAVIS, Natalie Zeman. Women's History in Transition: The European Case. **Feminist Studies**, v. 3, n. 3-4, p. 83-103, 1976.

DAYRELL, E. G. **Colônia agrícola nacional de Goiás: análise de uma política de colonização**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia, 1974.

DEL PRIORE, M. (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

DUTRA e SILVA, S. **No Oeste, a terra e o céu: a construção simbólica da colônia agrícola nacional de Goiás**. Goiânia, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação:** estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. 1997. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1997.

FERREIRA, L. C. G.; SOBRINHO, F. L. L. A. A dinâmica canavieira na Microrregião Ceres, Goiás: das Colônias Agrícolas Nacionais ao agronegócio sucroenergético. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 39 v. 1, p. 146-175, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/download/3588/4459>. Acesso em: 30 nov. 2018.

FONSECA, M. L. Coronelismo e cotidiano: Morrinhos (1889-1930). *In*: CHAUL, N. F. (Coord.). **Coronelismo em Goiás:** estudos de casos e famílias. Goiânia: Kelps, 1998, p. 133-191.

FONSECA, T. M. G. **Gênero, subjetividade e trabalho.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALES, C. A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda (COMIGO) e o Desenvolvimento da Região de Rio Verde – GO. *In*: PEREIRA, Sebastião Lázaro; XAVIER, Clésio Lourenço (org.) **O agronegócio nas terras de Goiás.** Uberlândia: EDUFU, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2018.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MDA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise de políticas públicas.** Pelotas: EDUCAT, 2004.

NEIVA, Ivany C. **O outro lado da colônia:** contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás. 1984. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Brasília, UNB, 1984.

PESSOA, J. A colônia agrícola nacional de Goiás no aprendizado da itinerância. *In*: NEVES, Delma Pessanha (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v. 2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 175-192.

SANTOS, A. M. Mulheres canavieiras: as singularidades do trabalho realizado pelas “bituqueiras” no agronegócio sucroalcooleiro no município de Itaberaí-GO. **Revista Pegada**, v. 15, n. 2, p. 95-114, dezembro 2014. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/2832/2811>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

SOARES, M. S. Pretos e pardos na fronteira do Império: hierarquias e mobilidade social de libertos na Capitania de Goiás (século XVIII). Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, 4. **Anais [...]**. Campos dos Goytacazes, UFF, março, 2010. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299593270_ARQUIVO_marciosoaresFM.pdf. Acesso em: 30 nov. 2018.

SCOTT, J. História das mulheres. *In*: BURKE, P. (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-95.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução Cristiane Bubine Debot; Maria, Betânea Ávida. Recife: Digitação Angela Araújo, 1991.

STEINBERGER, M. Região Centro-Oeste: uma visão geopolítica. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, p. 31-49, jan./dez. 2000. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/455/439>. Acesso em: 30 nov. 2018.

1 Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás –Teccer/UEG; Especialista em Direito Civil pela UNICAMPS-GO, e em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela UCAM-RJ; Atuou como Professor: nos cursos de Administração, Direito, História, Pedagogia, Sistemas de Informação e Coordenador Adjunto de TC da Universidade Estadual de Goiás – UEG e no curso de Direito da Faculdade Evangélica de Goianésia; Foi Presidente da Associação dos Docentes, Discentes, Egressos e Amigos da UEG, Câmpus Goianésia e assistente jurídico na Usina Goianésia S/A. Experiências como Advogado, nas áreas do Direito, com ênfase em Direito Cível e Trabalhista; Pesquisador nas áreas de movimentos sociais e trabalho; cerrado e agronegócio; educação e trabalho; direito do trabalho; direito e educação; direitos humanos (condição de gênero) e trabalho. E-mail: dariogyn@terra.com.br

2 Doutora em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP (2010) e pós doutorado em Economia pela UNICAMP (2012); Mestra em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia (2001); Graduada em Ciências Econômicas pela Fundação do Ensino Superior de Rio Verde (1993); Professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás, onde desenvolve atividades no quadro de professores permanentes do Mestrado em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado recomendado pela CAPES; Experiência na área de Economia, com ênfase em Crescimento e Desenvolvimento Econômico, atuando principalmente nos seguintes temas: cotonicultura, viabilidade econômica, agricultura familiar, logística de transporte, sojicultura, agroindústria canavieira e desenvolvimento territorial. E-mail: divalunas@gmail.com

3 Doutora (2012) e Mestra (2004) em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG; Especialista em Ciências do Solo (2001) pela Escola de Agronomia – EA; Licenciada (1999) e Bacharel em Geografia (2000) pelo Instituto de Estudos Socioambientais – IESA; Professora Efetiva da Universidade Estadual de Goiás – UEG desde 2004; Lotada no Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede – CEAR, onde exerce atividades de Ensino e Pesquisa, além de estar na Coordenadora de Tecnologia; Na condição de colaboradora compõem o corpo docente do Programa de Mestrado Interdisciplinar “Territórios e Expressões Culturais no Cerrado” – TECCER. https://www.researchgate.net/profile/Adriana_Silva64 <https://orcid.org/0000-0002-8711-1517>. E-mail: ueg.adriana@gmail.com

Recebido em: 2 de Julho de 2022

Avaliado em: 23 de Julho de 2022

Aceito em: 29 de Julho de 2022



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2022 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

